

TERRA, TRABALHO E PROJETOS DE NAÇÃO: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E LOCALIZAÇÃO DO TRABALHADOR NACIONAL NO MARANHÃO (1910-1918)

Fernanda Santa Roza Ayala Martins¹

GT: ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL DOS SÉCULOS XX E XXI: AGÊNCIAS E CONFLITOS

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central compreender as disputas entre as frações de classes locais, bem como os diferentes projetos e interesses, envolvidos na configuração da política pública representada pela ação do SPILTAN no Maranhão entre os anos de 1910 e 1918. Trata-se de abordar as disputas entre os grupos de interesse em torno da implantação do órgão na região, buscando identificar os agentes envolvidos nesse processo. Para isso, ocupa-se da identificação dos grupos/indivíduos que disputavam o cenário político e econômico Maranhense, seus respectivos interesses e o modo como se organizavam em torno dos distintos projetos para o campo – especialmente no tocante à mão de obra - relacionando-os ao contexto político e econômico local e nacional.

Introdução

Ao inaugurar uma política indigenista laica no alvorecer da Primeira República, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTAN), estabelecido a partir de 1910, visava a dois contingentes diversos: as populações indígenas e o chamado “trabalhador nacional”. Tal amplitude de ação implicava em estratégias distintas, mas com objetivos afins. A denominação genérica “trabalhador nacional” abrangia populações rurais de origens diversas, inclusive indígenas já incorporados aos parâmetros do órgão indigenista, tratando de imprimir a essa parcela da população uma condição transitória.

Por meio de práticas definidas como de “qualificação” ou “civilização”, impunha-se iniciativas formadoras e imobilizadoras da mão de obra rural, principalmente no eixo norte-nordeste, impedindo a migração para as cidades ou regiões agrícolas mais dinâmicas, transformando suas lógicas de sociabilização e, por conseguinte, neutralizando os conflitos locais - ao mesmo tempo em que fomentava outros atritos. Para tanto, buscava-se forjar um padrão de trabalhador rural de origem nacional sob os parâmetros da “agricultura racional”, a partir da inserção de um modelo de cooperativização rural e de ensino. Inaugurava-se, assim, uma política estatal de distribuição espacial, controle do processo de mercantilização da terra e da força de trabalho rural. Para isso, a ação do SPILTAN resultou tanto no estabelecimento de postos de atração e povoações indígenas, destinadas a proteção e incorporação destes à *civilização*, quanto na criação dos Centros Agrícolas, que representava a fixação de trabalhadores em espaços demarcados pelo Estado. Tratava-se, então, de um projeto disciplinar que instituía a figura do cidadão e do “nacional”, agregadas à ideologia do trabalho livre com caráter edificante de novos comportamentos e atitudes.

O Estado do Maranhão foi uma das poucas regiões dentre as quais conjugou-se efetivamente a dimensão da Localização do Trabalhador Nacional à prática do Serviço de Proteção ao Índio e, tendo em vista as particularidades regionais, o presente trabalho trata de analisar a política estatal, direcionada às populações indígenas e rurais, implementada pelo SPILTAN neste Estado no período entre 1910 e 1918², com o objetivo de compreender sua interação com as disputas entre as frações de classes dominantes locais, bem como os diferentes projetos e interesses envolvidos na configuração da ação do órgão na região de forma a buscar superar uma visão dual em que se contrapõe sociedade e Estado. O marco cronológico foi fixado de modo a abranger o período de inauguração do órgão pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e o momento em que, por meio de uma reforma institucional, parte das atribuições do SPILTAN, correspondente à Localização do Trabalhador Nacional, é realocada no Serviço de Povoamento sob os auspícios deste mesmo ministério.

Considera-se de fundamental importância as reflexões de Nicos Poulantzas, autor que trata o Estado como uma condensação material e específica de uma relação de forças entre as classes e frações de classes de cada momento histórico (POULANTZAS, 2000). Para este autor as contradições de classe assumem no seio do Estado a forma de contradições internas entre os diversos ramos no aparelho do Estado e em de cada um deles, de modo que é o jogo das

¹Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)/ fernandasantaroza@gmail.com

²No que tange a Localização do Trabalhador Nacional, no período entre 1910 e 1918, o SPILTAN, além do Centro Agrícola de Alcântara, no Maranhão, efetivou apenas o Centro Agrícola David Caldas (Piauí), o Centro Agrícola de Laranjeiras (Sergipe), o Centro Agrícola de Mamanguape (Paraíba), o Centro Agrícola de Água Preta (Pernambuco), o Centro Agrícola de Porto Real e Colégio (Alagoas) e o Centro Agrícola Sabino Vieira (Bahia).

contradições constitutivas da materialidade do Estado que torna possível a função de organização que o é conferida (POULANTZAS, 2000, p.22).

Ao abandonar a visão de Estado como dispositivo unitário, Poulantzas propõe que a noção de política de Estado se estabelece por um jogo efetivo de contradições interestatais. O que conferiria uma *autonomia relativa do Estado*, a qual se manifesta concretamente pelas diversas medidas contraditórias que cada uma das classes ou frações de classes conseguem introduzir na política estatal. No entanto, ao pensar as divisões internas do Estado, o funcionamento concreto de sua autonomia e o estabelecimento de sua política, Poulantzas chama atenção para o fato de que estes não se reduzem às contradições entre as classes e frações de classes do *bloco no poder*, mas também dependem do papel do Estado frente às classes dominadas, uma vez que os aparelhos do Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas.

Não obstante, toma-se como ponto de partida a noção de que a proposta interpretativa de Poulantzas para o Estado está intimamente relacionada às elaborações de Antonio Gramsci (2000). Este último ao recuperar os conceitos de sociedade civil e sociedade política recria o conceito de Estado estabelecendo a noção de Estado ampliado. Para o autor o conceito de sociedade civil é inseparável da noção de totalidade e está ligado ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que exerce o Estado. Seria, então, a partir do eixo da produção que se forjam interesses, antagonismos e as conjugações de vontades individuais. Dessa forma, a sociedade civil é entendida também como um momento organizativo, cuja mediação implica nas relações de produção e na construção do próprio Estado. Esta se conectaria com o âmbito da dominação direta (a produção), através de sua organização e de seus intelectuais e ao terreno do comando sobre o conjunto da vida social, por meio do Estado (FONTES, 2006, p.201-240).

A categoria utilizada por Mendonça (1997), *ruralismo brasileiro*, representa uma chave de compreensão da questão agrária, das relações entre organizações representativas das diversas frações da classe agrária e as agências estatais e dos conflitos intra-classe dominante na Primeira República. Para Mendonça, em inícios do século XX, a conjuntura de crises efetivas dos preços de bens primários exportáveis – com a exceção do café - teria contribuído para rearranjos entre as frações de classe agrárias dominantes não hegemônicas, em outras palavras, àquelas que não estavam diretamente ligadas aos setores cafeeiros, que buscaram se organizar por meio de seus aparelhos privados de hegemonia galgando no seio do Estado restrito a ampliação e efetivação de suas demandas.

Para autora, o projeto identificado como ruralismo orientou a reordenação da política intra-classe dominante agrária acomodando os conflitos e unificando determinados grupos agrários em torno da defesa da correlação de força inscrita no bloco de poder (MENDONÇA, 1997, p.13). Utilizando-se da ratificação da *vocação agrícola* do Brasil como fio condutor de mudanças que redirecionariam o incentivo à produção para o mercado interno, o ruralismo teria se caracterizado como um projeto político e ideológico, cujo “fulcro era a ideia de crise e atraso e o motor a ideia de modernização” (MENDONÇA, 1997, p.13). Tais frações de classe, organizadas em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), teriam conseguido um canal para imprimir seus interesses no Estado restrito mediante a implementação do MAIC, órgão que agregaria o SPILTN³. Observa-se que, dentre estas, estavam frações de classe agrárias do Maranhão, principalmente aquelas relacionadas ao setor do algodão e do açúcar. Deste modo, é de fundamental importância para o melhor entendimento das disputas em jogo, quando da instalação do SPILTN no Maranhão, a análise do papel de instituições da sociedade civil e política como a SNA, seu braço nesse Estado – a Associação Comercial do Maranhão -, e o MAIC.

A partir da análise da conjuntura política e econômica do Maranhão em inícios do século XX, percebe-se um processo de desarticulação do modelo de *plantation* para exportação e a conversão dos interesses de frações da classe dominante agrária para o mercado interno e para atividades ligadas ao capital mercantil, bancário e industrial (REIS, 1992). Este processo refletiu-

³ A formulação de uma política indigenista republicana, representada pelo SPILTN, coube principalmente aos positivistas, do Apostulado Positivista do Brasil, que baseados no evolucionismo positivista de Comte, difundiam a certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo governo, os diversos grupos indígenas passariam pelos “estágios evolutivos”, os quais julgavam necessários à civilização, de maneira espontânea. Além disso, representados por Marechal Rondon, Luis Horta Barbosa e Rodolfo Miranda, se inspiravam nas propostas de José Bonifácio, tanto no que tange às populações indígenas como aos “nacionais”. Para Bonifácio, os índios deveriam ser integrados à nação através do ensinamento, exemplo e persuasão, nunca por violência, mas sim por métodos brandos. Os discursos desta corrente estavam sempre respaldados pela necessidade de moralização dessas populações e da afirmação de uma política tutelar levada a cabo pelo Estado para elevá-los a uma condição “civilizada”.

se nas entidades da sociedade civil local que passaram a justificar suas demandas a partir de um discurso de decadência da economia do Estado, imprimindo como proposta de solução para esse quadro a necessidade de investimentos direcionados aos interesses de determinadas frações de classe agrárias como, por exemplo, o gerenciamento da mão de obra e o melhoramento do transporte fluvial e férreo, que, conseqüentemente, valorizaria as terras de um modo geral⁴. As propostas do SPILTIN estariam, então, em total consonância com as demandas dessas frações de classe dominante agrária.

Uma parte da documentação analisada encontra-se no Arquivo do Museu do Índio/FUNAI – Fundo SPI, onde constam relatórios oficiais e cartas de membros ou aliados políticos da instituição. Vale ressaltar que tais documentos, de alguma maneira, se aliam ao SPILTIN, não havendo espaço aos opositores nesse conjunto documental. O que não representa empecilho para a percepção de tensões e disputas em torno desta política pública. No entanto, infelizmente, não se pôde contar com boa parte da documentação produzida pela Inspeção do Maranhão no período em questão, tendo sido perdida nos meandros da dinâmica arquivística.

Outros conjuntos documentais consultados são os relatórios anuais do MAIC, discursos e relatórios dos governadores do Maranhão, o arcabouço de legislação que envolve a questão e os anais da Câmara dos Deputados do Maranhão. Além disso, publicações em periódicos como “A Lavoura”, “A Pacotilha” (MA), “O Diário Maranhense”, os quais, com exceção do segundo, estão disponíveis na Biblioteca Nacional. Também foram consultados documentos que se encontram no Arquivo Público do Maranhão, situado em São Luiz, como correspondências, ofícios e relatórios expedidos pelo Governo do Maranhão.

“Sem braços não há lavoura, como exportação possível sem transporte?”: Articulações entre o local e o nacional no processo de instauração do SPILTIN no Maranhão (1910-1918)

O período de implementação das políticas do SPILTIN no Maranhão verificou-se sob a gestão de Luís Domingues da Silva (1910-1914), seguido de Herculano Nina Parga (1914-1917) e Urbano Santos (1918/1922). Observa-se, a partir dos discursos proferidos pelos governadores, uma forte articulação em prol do funcionamento do novo órgão principalmente por Luís Domingues da Silva e Herculano Nina Parga. Ambos teriam assumido o cargo dentro da fórmula conciliação das tensões locais, ou “política do paz e amor” (LOBO, 1916), promovida por José Eusébio, Costa Rodrigues e Urbano Santos⁵ e cuja mediação fora garantida por Nilo Peçanha, galgando, desta forma, lugar estrategicamente importante no escopo de barganhas políticas decorrentes da negociação pela candidatura de Hermes da Fonseca à presidência⁶. Tal quadro de correlação de forças local sobrepuja-se ao contexto de implantação do MAIC e, conseqüentemente, do SPILTIN em âmbito Federal.

Nos meandros das disputas políticas apontadas, um nome se destaca: Christino Cruz. O influente político maranhense compunha a tríade de vice-governadores de Luís Domingues (1910-1914), além de ocupar cadeira na Câmara Federal. Engenheiro agrônomo diplomado por Grignon (França), considerado o “pai da agronomia” no Maranhão, era proprietário do *Engenho D’água* - situado à margem da Estrada de Ferro que ligava Caxias a Cajazeira - e da Fazenda Penedo (FAGERLANDE, 2007), sede de uma indústria de laticínios localizada em Itatiaia, sul do estado do Rio de Janeiro, adquirida em 1909 e vendida em 1913, ano que antecede o seu falecimento. Além disso, também era acionista da Companhia Fluvial Maranhense. Cruz, como sócio e presidente honorário da SNA, foi eleito membro do Conselho Superior de *A Lavoura*, principal veículo de propaganda desse aparelho privado de hegemonia, tendo sido responsável pela apresentação à Câmara dos Deputados do projeto de criação do Ministério da Agricultura no ano de 1902, justamente no mesmo contexto em que os grandes proprietários paulistas pleiteavam a assinatura do empréstimo adicional que respaldaria a Primeira Valorização do Café.

Um dos braços da SNA no Maranhão era a Associação Comercial do Maranhão, agremiação que buscava ampliar o nível de associativismo entre as frações da classe dominante regional e que apresentava como principais demandas o melhoramento das condições de escoamento da produção através da extensão da malha férrea e fluvial, além da necessidade de capacitar o trabalhador rural local para o exercício de uma *agricultura racional* nos moldes

⁴ Desempenhou um papel importante neste processo, a Associação Comercial do Maranhão, entidade subsidiária da Sociedade Nacional de Agricultura que, como aparelho privado de hegemonia, agia no sentido de inserir junto aos aparelhos do Estado restrito suas reivindicações específicas.

⁵ Então chefe da oposição, futuramente vice-presidente da República de Wenceslau Braz e Ministro de Estado para Negócios do Interior e Justiça no governo de Rodrigues Alves e Delfim Moreira.

⁶ Vale destacar que Urbano Santos era filho do coronel Antonio Brício de Araújo, encarregado pela “Junta Central pró Hermes - Wenceslau” de organizar, neste Estado, uma Junta de propaganda da candidatura do Marechal Hermes. Além de Antônio Brício participavam da junta, Antonio Lobo, Luzo Torres, Herculano Nina Parga, entre outros. (*A Pacotilha*, 24/10/1911)

mercantis. Somente em 1908 a Associação Comercial do Maranhão inauguraria sua própria revista, utilizando-se, até então, de outros veículos de propaganda. Conforme publicação de Fran Paxeco pela *Revista do Norte (1901-1906)*⁷, em 1906, a pedido da Associação Comercial:

Para que se hão de plantar arroz, trigo, batatas, milho, etc., se, pedindo estes gêneros para Europa, saem mais baratos do que mandando-os vir do sertão ou de qualquer outro Estado?! A primitividade dos transportes e o custo dos fretes é que emparedam as culturas brasileiras e emperram a indústria. (...) (PAXECO, 1904, p.27)

(...)A conclusão a tirar, por conseguinte é que urge instalar colônias agrícolas, para amestrar o trabalhador local, decretando o trabalho obrigatório, afim de que a policia campestre se agite nesta campanha saneadora; comprar e usar os maquinismos para produzir mais e melhor, permitindo aos proprietários uma lucrativa fiscalização de capitaes em giro.(PAXECO, 1904, p.27)

Fran Paxeco (1904, p.30) também afirmara: “O Brazil não se concretiza em São Paulo e Minas. Muito mais necessitam o transporte, a indústria e a lavoura do Maranhão – e nunca o governo federal lhes franqueou um chavo!” (PAXECO, 1904, p.17). Verifica-se que o projeto defendido pelos dirigentes da Associação Comercial do Maranhão passava pela afirmação do aproveitamento da mão de obra local, discurso em total consonância com as demandas da Sociedade Nacional de Agricultura no que tange à mão de obra e ao tipo de produção que se queria imprimir no campo. Percebe-se também, a necessidade de relacionar o soerguimento da economia maranhense à melhora na situação do escoamento da produção agrícola, já que muitos membros da Associação Comercial e da SNA tinham interesses diretos no setor agrário e de transporte fluvial, como o próprio Christino Cruz e Manoel Ignácio Dias Vieira⁸, donos de engenho e sócios da Companhia Fluvial Maranhense.

Desta forma, a Associação Comercial revestiu-se do caráter de aparelho privado de hegemonia – na acepção gramsciana do termo - uma vez que permeava o Estado restrito regional por meio de seus porta-vozes pressionando por, e nele inscrevendo, suas demandas que, conquanto representassem interesses específicos, conseguiam fazê-las considerar como demandas gerais de todo o Estado do Maranhão. Mas igualmente associava-se, estrategicamente, a outras frações da classe dominante agrária, porém não hegemônicas em plano nacional, por intermédio da Sociedade Nacional de Agricultura, estabelecendo uma rede de relações de poder mais ampla e forte no âmbito Federal.

As demandas sustentadas pela Associação Comercial do Maranhão com relação ao incremento no sistema de escoamento da produção e ao controle de mão de obra emanam da conjuntura econômica que atravessavam as frações de classes agrárias locais. Segundo Reis (1992), o cenário econômico, que marcou o período compreendido entre fins do século XIX e meados dos anos 1930 - caracterizado pela acentuada queda dos preços no mercado internacional dos principais produtos exportáveis do Maranhão, como o açúcar e o algodão, pelas grandes ondas migratórias provenientes das secas ocorridas no nordeste, pela consequente reorientação da produção local e a desagregação da produção aliada à grande propriedade - expressa um longo processo estrutural de integração da produção local ao mercado nacional. O que, para o autor, pode ser explicado em parte como consequência da descapitalização dos produtores rurais, da falta de mão de obra sob o controle dos grandes proprietários e da grande margem de endividamento dos grandes proprietários para com os comerciantes locais.

Em 1911, proferiu o governador Luís Domingues: “Sem braços não há lavoura, como exportação possível sem transporte?” (Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1911). No entanto, ao mesmo tempo em que o governador explicitava suas preocupações, também apontava para algumas possíveis soluções. Expunha como um dos objetivos principais de seu governo o “equilíbrio das contas do Estado”, de modo a incrementar a arrecadação e diminuir os gastos públicos⁹. Mediante o quadro deficitário da arrecadação do Estado, apontava-se para a necessidade do “desenvolvimento das fontes de produção”, caracterizado pela “recuperação da agricultura local”. Tal associação entre a organização das finanças do Estado e a necessidade de “recuperar a agricultura” era justificada pelo argumento da *vocação agrícola* do Maranhão, que teria “assombrosa riqueza em todos os reinos da natureza” (Mensagem ao Congresso Legislativo

⁷ Fundada em 1901 por Antonio Lobo e Alfredo Teixeira situava-se no centro de São Luis e tinha dentre os colaboradores Fran Paxeco e Nina Rodrigues.

⁸ Sócio e diretor, em 1889, da Associação Comercial do Maranhão e sócio, junto com Benedito Leite, da *Usina Joaquim Antonio* até 1911. Além de ser membro do comissão fiscal do Banco do Maranhão e acionista da Companhia Fluvial Maranhense;

⁹ Nota-se que o governo de Luís Domingues passava por déficits orçamentários, obtendo considerável superávit somente a partir de 1915, no exercício de Herculano Parga, conjuntura relacionada à Primeira Guerra Mundial que ampliara as exportações maranhenses e, conseqüentemente, a arrecadação de impostos.

do Maranhão, 1911). Não obstante, argumentava-se que faltavam-lhe colonos e, àqueles que já haviam se estabelecido, o treino para o “cultivo racional” (Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1910-1914). Conforme mensagem do Governador ao congresso legislativo do Maranhão:

O Estado descansou no pequeno agricultor, sem elementos, sem orientação, sem preparo, cheio, porém de preconceitos, sofrimentos e privações. Vítimas do analfabetismo, ignorando as condições das praças, dos preços dos gêneros (...) os nossos trabalhadores rurais não são, entretanto, destituídos de inteligência nem voltados à indolência de que tanto os acusam. (Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1915)

O discurso acima utiliza do mesmo pressuposto que orientava a solução implementada pelo MAIC, por meio do SPILT, a qual representava a vitória de um projeto integracionista que via no “nacional” e no indígena uma “perfectibilidade” passível de ser atingida por meio da intervenção Estatal. Para os quadros dirigentes do MAIC, “os Centros Agrícolas são as primeiras escolas destinadas ao ensino e proteção dos nossos trabalhadores rurais, o que mostra que qualquer opinião acerca da capacidade desse leva ao mau julgamento” (Relatório do SPILT, Diretoria, 1911, p.5) e, ainda, afirmava-se que “o abatimento em que vivia o nosso proletário agrícola que via os carinhos cercando o estrangeiro ao passo que ele nunca entrava nas cogitações do governo” (Idem) era, além de injustiça, um entrave ao estímulo do trabalhador e, portanto, um erro político.

O recurso apresentado pelo governador maranhense passava pelo incentivo à “agricultura racional”, ao aprimoramento das vias de transporte e à regulamentação fundiária das terras públicas e particulares. Nota-se, portanto, que agregado às mudanças nas relações de trabalho no campo, a renda da terra emergia como forma de valor o que, segundo Mendonça, “ampliava a acumulação através de relações sociais cuja reprodução assegurava-se no âmbito da circulação, maximizando a possibilidade da extração de excedentes”, uma vez que a extração de mais valia se deslocava da esfera da produção para a da circulação.

Apostava-se, então, no “sertão” maranhense como fator fundamental para o soerguimento da agricultura local. Tal categoria, que era utilizada para designar uma localização espacial, se analisada em seu contexto, carrega expectativas e referenciais simbólicos bastante específicos¹⁰. O “sertão” maranhense acabaria por servir como uma espécie de moeda política, uma “carta na manga” do Governador, posto tratar-se de uma região a ser controlada pelo Estado restrito por intermédio de uma série de ações, que incluíam, por exemplo, a intervenção do governo federal sob os auspícios das Inspetorias Agrícolas e da Inspetoria do SPILT, ambas as entidades do MAIC e sob forte influência dos dirigentes da SNA, bem como seu projeto ruralista¹¹. Esse aspecto remetia ao Estado como uma entidade capaz de garantir o processo de mercantilização da terra, demarcando as propriedades privadas e terras devolutas que, posteriormente, seriam cedidas à exploração de terceiros, e, ao controlar o acesso à terra, controlava-se igualmente a mão de obra.

Em vista desses fins percebe-se, através da análise das mensagens do governador ao Congresso do Maranhão, um grande esforço para a ocupação das terras no interior do Estado por meios legais e formais. Nesse sentido, foram empreendidas demarcações de terras devolutas, assim como concessões de contratos a particulares¹² e a empreendimentos públicos, como aqueles suscitados pelo do SPILT. Com este objetivo trabalharia a Inspetoria Agrícola do Maranhão, órgão que, tal como o SPILT, integrava o organograma administrativo do MAIC e cuja competência abrangia, dentre outras prerrogativas, a instauração de Centros de Instrução Agrícola e a demarcação de terras para fins de colonização. Essa Inspetoria regional ficou, em seus anos

¹⁰ Observa-se nos discursos do governador que as terras fora do domínio do Estado e do circuito mercantil eram identificadas à ideia de atraso, assim com aqueles que as ocupavam.

¹¹ Na acepção de MENDONÇA (1997), o projeto ruralista, norteador da organização de frações não-hegemônicas da classe dominante agrária na primeira metade do séc. XX, caracteriza-se pelas propostas de diversificação agrícola e prioridade para a produção direcionada ao mercado interno, fundamentadas na ideologia da “vocação agrícola”

¹² De acordo com Mensagem ao Congresso do Estado do Maranhão de 1911, alguns dos nomes em contrato com o Estado do Maranhão em 1910 para a ocupação e exploração de terras devolutas eram: Dr. Antonio Augusto Machado, entre os Rios Turry-assu e Pindaré, e o do Munin e da Preguiça, Dr. Ernest Ludwig Voss, entre Itapecuru e Mearin, Dr. Adolph Friedheim, entre Itapecuru e Parnayba e nos municípios de S. Vicente Ferrer e Guimarães. Em 1913, observam-se contratos com firmas estrangeiras, inclusive para extração de recursos minerais.

iniciais, sob a gerência de José Joaquim Marques¹³ e contava com os engenheiros agrônomos, José Palhano de Jesus¹⁴ e Willian Wilson Coelho de Souza¹⁵, como auxiliares¹⁶.

A conjugação de interesses e projetos locais com aqueles anunciados pelo MAIC, e que atendiam aos anseios da SNA, fica explícita em discurso por ocasião da instalação desta Inspeção Agrícola, pronunciado em 22 de Janeiro de 1911, em que Luzo Torres afirma:

A verdade é que o ministério veio corresponder a uma necessidade nacional. (...) O que há de vantajoso na criação dessas inspeções agrícolas é a compreensão, manifestada pelo Estado, da alta função que lhes compete na animação do trabalho nacional, na educação e nos esforços de cada um, para que a resultasse um produto em vez de ser um quociente. (...) 92% dos nossos produtos são extraídos da terra, pelo trabalho agrícola (...) temos terra demais e homens de menos (...) trata-se de orientar uma corrente cuja direção é secularmente empírica, dando-lhes laboratório, postos meteorológicos e agrônômicos (...), trata-se de guiar os cultivadores menos experientes na escolha dos terrenos próprios, ensinando-lhes vantagens de umas zonas sobre outras, distribuindo-lhes sementes, plantas, etc. (A Pacotilha, 22/01/1911)

Percebe-se, portanto, a valorização de ideias fomentadas e difundidas pela SNA, correspondentes à sua defesa da *vocação eminentemente agrícola do país*, da necessidade de diversificação da produção agrícola, da exaltação da “produção racional” e da figura do engenheiro agrônomo, que deteria o monopólio do conhecimento científico no campo da agricultura. Segundo Mendonça (1997), os agrônomos tornaram-se, a partir das práticas do MAIC, a “pedra de toque do projeto regenerador” responsáveis pela difusão desta ética da racionalidade produtiva. Tais fatores, aliados às melhorias das condições de transporte para o escoamento da produção e ao treinamento do trabalhador rural, respaldados pelos argumentos decadentistas que apontavam para uma crise da lavoura e das finanças maranhenses, tomaram a forma de uma suposta grande solução que conferiria à agricultura local a possibilidade de tornar-se mais competitiva, adotando meios técnicos para superar sua dita baixa produtividade. Foram muitos os discursos publicados no jornal *A Pacotilha* que difundiram esse ponto de vista como, por exemplo, o trecho abaixo, de autoria do engenheiro/cotonicultor Wilson Coelho de Souza¹⁷:

(...) trata-se aqui de aproveitar inteligente e criteriosamente esta riqueza assuntuosa [do Maranhão] (...) E abater do nosso meio o espantoso da rotina, não com gritos da fanfarrina científica, que espanta o nosso caboclo ignorante, mas com a demonstração prática das doutrinas da ciência; porque ao ignorante não se fala em ciência, mas demonstram-se exemplos de sua ação (...) Aliando a ciência à prática e demonstrando seus lucrativos resultados econômicos. (A Pacotilha, 25/10/1911)

A relação entre o projeto de aproveitamento da mão de obra nacional e os interesses das frações da classe dominante locais, bem como da articulação entre sociedade política e sociedade civil, também podem ser percebidas nesse emblemático encontro realizado na sede da Inspeção Agrícola com a presença de Christino Cruz, em 1911, noticiado no jornal *O Diário do Maranhão*, sob o título de “A lavoura Maranhense, as causas de sua decadência, os meios de conjurá-las”:

(...) Foram discutidos vários assuntos que se prendiam ao fim da reunião e expostas as principais causas determinantes da decadência da nossa lavoura, entre as quais avultam a falta de braços e de capitais, de vias de transporte e de comunicação. Sugeriram-se os meios de prontamente conjurar tais empecilhos – abertura de estradas e limpeza dos rios navegáveis, demarcação das propriedades agrícolas, para por termo aos abusos decorrentes, a instrução agrícola, prática no campo de demonstração e no aprendizado agrícola e reduções dos fretes e impostos. (...) O grande especial desejo de todos, como

¹³ Chefe da inspeção em seus anos iniciais; professor e diretor da Escola Médica Teórico-Prática de Agricultura da Bahia/Escola Agrícola da Bahia, entre 1911-1914, e vice-governador eleito em 1918 quando compunha a chapa de Urbano Santos. Faleceu em 1918.

¹⁴ Engenheiro civil pela politécnica do Rio de Janeiro e adepto do positivismo não ortodoxo; Diretor da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro; realizou estudo de reconhecimento da estrada de ferro do Itapecuru ao Tocantins.

¹⁵ Filho de cotonicultores maranhenses, agrônomo diplomado pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Ministério da Agricultura, sediada no Rio de Janeiro e colaborador de *A Lavoura*, revista da SNA - chefe de algodão da Era Vargas.

¹⁶ A partir da análise dos dados dos agentes da Inspeção Agrícola, nota-se que eram em sua maioria engenheiros agrônomos que pretensamente carregavam consigo o monopólio do “conhecimento científico” das técnicas agrícolas, guardando a tarefa de levar a ordem e o progresso para o campo maranhense.

¹⁷ Para se ter uma ideia da imbricação existente entre o projeto da SNA, o SPILT e os grupos dominantes agrários maranhenses, temos o exemplo de Willian Coelho de Souza Filho que, além de filho de cotonicultores no Estado, seria nomeado, já na década de 1920, com odiretor do recém criado Serviço Nacional do Algodão, não por acaso, sediado justamente no Maranhão. (MENDONÇA, 1998, p. 167)

ficou expresso, é de que se installe brevemente, no Maranhão, o projeto do campo de demonstração, para o ensino não só do trabalho rural e do manejo de maquinas agrícolas como aos lavradores, com a máxima economia, o maior rendimento de nossas culturas. Ficou também assentada a necessidade urgente estabelecimento de aprendizados agrícolas, destinado preparo daquelles que, no futuro próximo, serão os administradores de nossas fazendas. Estas são, incontestavelmente, as medidas a ser tomadas em definitivo, para a salvação das fontes produtoras do Estado.(O Diário do Maranhão, 29/3/1911)

Nesse encontro, estiveram presentes os inspetores da Inspetoria Agrícola do Maranhão e seus auxiliares, os agrônomos do SPILTN e alguns proprietários rurais os quais, por decisão unânime, deliberaram a Christino Cruz “o patrocínio da lavoura maranhense” junto ao governo do Estado e ao governo federal. Era um membro da Sociedade Nacional de Agricultura, cuja agremiação oficial na região era a Associação Comercial do Maranhão, que reunido com funcionários de dois aparelhos do Estado restrito fora eleito representante dos interesses da agricultura maranhense. Tais interesses, que seriam tomados como interesses gerais do Estado, correspondiam apenas a reivindicações e projetos de frações de classe dominantes locais, cujos capitais estavam imbricados nas atividades extrativistas e agrícolas, no setor mercantil e financeiro.

Semelhantes condições e compromissos estão igualmente expressos na atuação do Governador Luís Domingues que proferiu inúmeros discursos em apoio à instalação do SPILTN e à criação de Centros Agrícolas e Postos Indígenas na região. Apoio que também se traduzia em reivindicações efetivas ao Presidente da República, haja vista que a integração de medidas de aproveitamento da mão de obra indígena às medidas de controle da mão de obra rural e da terra por meio da ação do SPILTN vinha ao encontro das necessidades expostas pelo governador¹⁸. Configurava-se dentre os planos governamentais projetos de expansão do espaço agrícola mercantil por meio não só do controle da produção (racionalização da produção), como também pelo controle do espaço (demarcação de terras e regulamentação fundiária). Desta forma, acordou-se que o Governo Federal, via SPILTN, se encarregaria das casas e da localização dos colonos e o Governo do Estado cederia as terras devolutas demarcadas em lotes.

Em 1910, o governador Luís Domingues afirmou ter contratado o engenheiro Joaquim de Carvalho Palhano para o levantamento de plantas e demarcação de terras visando à colonização de Tury-Assu. Apesar de não haver referência a respeito do fim atribuído a tais lotes demarcados, o Governo Federal já havia autorizado, neste mesmo ano, a instalação de Colônia Agrícola na região. No entanto, as iniciativas oficiais de demarcação de terras devolutas não se restringiram a essa região, o que acabou por exaltar ainda mais a figura do engenheiro agrônomo como profissional intermediário, por excelência, nesse processo de mercantilização da terra, posto caber a ele a tarefa de coordenar o trabalho de demarcação de terras solicitado pelo Estado. São nessas regiões, marcadas pela explosão de conflitos entre colonos, fazendeiros, trabalhadores de seringais, populações indígenas, população rural e Estado - em decorrência do avanço de demarcação de terras e dos contratos com novos ocupantes de regiões já previamente ocupadas -, que o SPILTN vai buscar perpetrar sua política.

O Maranhão ocuparia a 1ª Inspetoria Regional do SPILTN junto com o Pará até o ano de 1911, quando passou a ocupar a 3ª Inspetoria Regional. Como diretor, figurava o engenheiro Pedro Ribeiro Dantas, auxiliar direto de Rondon, como engenheiro agrônomo contava-se com Américo Pinho Leonardo Pereira e como escrevente, Leandro Pereira da Cunha, além dos encarregados dos postos indígenas e intérpretes. Diferentemente do inspetor chefe, do escrevente e do engenheiro agrônomo, os encarregados dos postos do SPILTN não eram incorporados ao quadro efetivo da instituição, sendo contratados como extranumerários. No caso de Luiz Eduardo Riedel, segundo Fran Paxeco, o encarregado tinha propriedades na região do Carú desde cerca de 1890 e, por volta de 1916, já havia aberto trezentos e cinquenta estradas, com cento e vinte a cento e cinquenta pés de seringal cada uma (PAXECO, 1916, p.15). Ademais, segundo Marcio Gomes, Riedel tinha orientação positivista e origem alemã (GOMES, 2002, p.94).

A inauguração da sede do Serviço no Maranhão, em 15 de março de 1911, contou com cerimônia solene realizada no Palácio do Governo e plena de simbologias. Iniciou-se a sessão com o içamento da bandeira do Brasil ao som do hino nacional, enquanto descerrava-se o véu que cobria as fotografias de Gonçalves Dias e José Bonifácio - ambos patronos da repartição, sendo o segundo também patrono do SPILTN - e de Rodolpho Miranda, ex - Ministro da Agricultura, em cuja administração foi criado o serviço. E ainda, segundo artigo publicado em *O Diário do Maranhão*:

¹⁸ Mesmo antes de assumir o governo do Maranhão, Domingues já havia conferenciado com Nilo Peçanha sobre a situação das populações indígenas do Estado, particularmente na zona entre os rios Tury-assu e Gurupy. (Mensagem ao Congresso Legislativo do Maranhão, 1912)

Efetuada a primeira parte do programa, uma filha do coronel Francisco Joaquim Souza recitou bellos versos da Canção do Tamoio de Gonçalves Dias offerecendo ao terminar uma seta simbólica ao inspetor do serviço, Sr. Tenente Pedro Dantas Ribeiro, e à sua digníssima esposa uma lira de flores naturaes. A bandeira na sede da inspetoria foi içada pelo índio Miguel Joaquim Pereira Ramos, descendente dos tupinambás e residente de São José dos Índios, o qual assistiu a todo o ato ocupando lugar especial na seção solene. Finda a segunda parte da solenidade (...) como lembrança do dia ofereceu ao Sr. Tenente Pedro Dantas, a caneta de ouro que serviu para assinatura da acta (...) A caneta é cravejada de diamantes, tem gravada a palavra *Lembrança* e estava acondicionada num belo estojo azul. (O Diário do Maranhão, 6/3/1911)

Nota-se, portanto, a necessidade e o esforço de legitimação desse Serviço federal por parte dos grupos de interesses político-econômicos locais¹⁹. Os presentes oferecidos a Pedro Dantas e sua esposa apontavam para os laços de reciprocidade que se esperava do Inspetor, sendo-lhe conferido, inclusive, um símbolo de liderança - a seta - como se esperassem que ele viesse a cumprir um papel dirigente nesse processo de apropriação pública de terras e também de controle da mão de obra nos campos maranhenses, no tocante à população indígena e aos trabalhadores rurais ainda dotados de alguma “mobilidade”, ou seja, de alguma capacidade de reprodução da sua própria força de trabalho.

A presença de Joaquim Ramos, identificado como índio Tupinambá, em uma cerimônia que exaltava a nacionalidade, e, ademais, portando um dos principais símbolos nacionais, a bandeira, parece demonstrar, simultaneamente, o que se esperava do SPILTIN e ao que o órgão se propunha: fomentar, por meio de práticas específicas, a ideologia da unidade nacional e congregar o ideário republicano - de um país positivo, civilizado e no rumo do progresso - com os interesses das frações da classe dominante agrária regional.

Presente na cerimônia, o então presidente do Congresso do Maranhão, Frederico Figueira²⁰, se empenhou em promover, por meio de artigos publicados em *A Pacotilha*, uma consistente campanha de apoio ao SPILTIN, considerando-o importante incentivo ao aproveitamento da mão de obra indígena. Todavia, a ação de Figueira em favor do Serviço não se restringiu apenas a publicações em jornais. Ele era membro de uma associação criada no Maranhão que afirmava ter como objetivo agir “em prol dos infelizes patrícios” em todo o Estado. A esta associação coube o nome de *Cruzada Gonçalves Dias* em homenagem ao poeta maranhense, aclamado pelos membros dessa entidade da sociedade civil em diversos artigos publicados em *A Pacotilha*, já que dedicara parte de sua obra à exaltação da figura do indígena por meio de um olhar próprio ao romantismo de sua época.

Quanto à categoria “infelizes patrícios”, tratava-se de uma das representações por meio das quais os artigos assinados pela *Cruzada Gonçalves Dias* referiam-se às populações indígenas da região, refletindo o estereótipo de inferioridade daquelas populações em relação aos avanços da “civilização”, bem como reforçando a necessidade de uma intervenção em seu benefício com o intuito de “salva-los” e “resgatá-los” do atraso e, em última instância, assegurar-lhes a vida²¹. Esta associação buscou construir uma rede de relações nas mais diferentes localidades do Estado e no âmbito federal, galgando nomeações de representantes nas diversas regiões, conforme anunciado em periódico local: "Foram nomeados representantes da Cruzada na Barra do Corda, os srs. João Rodrigues e Manuel Conrado, em Guimarães, Theophilo de Lima Bayma, em Monsão, Arsace Gomes Castro e, em Pinheiro, Luiz Alves" (*A Pacotilha*, 9/12/ 1911).

Além das representações regionais, composta por indivíduos com interesses econômicos diretos - como no caso de Luiz Alves, diretor de seringal na região de Tury-assu e protagonista de inúmeros conflitos com grupos indígenas, como será analisado no capítulo seguinte - a Cruzada também contava com um Comitê Executivo que buscava articular reuniões e traçar estratégias comuns de ação política, configurando vínculos e alianças extra-locais. Um dos membros deste Comitê era, por exemplo, o já citado Pedro de Toledo - cafeicultor paulista, formado pela

¹⁹ Segundo o periódico *Diário do Maranhão* dentre os presentes ao ato estiveram, além de representantes da Associação Comercial do Maranhão, o Governador Luis Domingues; Frederico Figueira - presidente do Congresso; Mariano Lisboa - Intendente municipal; os deputados federais Costa Rodrigues e Cunha Machado; o tenente coronel Abílio de Noronha - inspetor da 3ª região militar; O capitão-tenente Rogério Siqueira - comandante da Escola de Aprendizes da Marinha; O capitão Manoel Bonfim - do 48º batalhão de caçadores; Antonio Lobo - Inspetor da Instrução Publica; José Barreto - diretor da Escola de Aprendizes Artífices; Domingos Barboza e Luzo Torres - representando o legislativo;

²⁰ Advogado formado pela Faculdade de Direito de Recife, Proprietário rural de Barra do Corda e Promotor Público (1884), fundador do Partido Republicano no Maranhão junto com Dunshee de Abranches, redator do jornal “O Norte” e colaborador do jornal “A Pacotilha”. No ato de inauguração do SPILTIN no Maranhão levantou vivas ao ministro da agricultura Rodolfo Dantas, Rondon, Gonçalves Dias e José Bonifácio. No governo de Luís Domingues foi Presidente do Congresso do Maranhão.

²¹ As informações recolhidas sobre a “Cruzada Gonçalves Dias” são provenientes de publicações no jornal *A Pacotilha*, visto que não foi localizada documentação própria e original, nem tão pouco bibliografia sobre o assunto.

Faculdade de Direito do Recife em 1884, apenas um ano após a formatura de Luís Domingues, governador do Maranhão - Ministro da Agricultura entre 1910 e 1913, que assinou artigo em *A Pacotilha* como representante do Comitê da Cruzada lamentando o afastamento de Pedro Dantas da Inspeção do SPILT, quando fora requerido pelo Ministério do Exército, sem que se apresentassem as causas. Ademais, foi também Toledo que, enquanto Ministro da Agricultura, assinara o Regulamento do SPILT, sendo também um dos principais articuladores da campanha hermistica em São Paulo.

Em termos de atuação, a Cruzada se manifestava de diferentes modos. Realizava levantamento de recursos financeiros para a ação do SPILT no Estado - tais como quermesses de Natal e exibições de sessões cinematográficas na capital - conforme noticiado pelo próprio Pedro Dantas, Inspetor do SPILT, em *A Pacotilha*. Uma dessas sessões teria ocorrido em 30 de Dezembro de 1914, no cinema São Luís, Contando com a presença de um indígena chamado Laurindo e “dois companheiros”. A Cruzada também interferia diretamente junto a conflitos que envolviam grupos indígenas, promovendo ainda a propaganda em jornais, buscando formar o consenso em torno do tipo de política a ser adotada pelo Estado restrito - e acatada pela população - com relação aos indígenas da região.

Coronel Figueira e Dr. Palhano de Jesus, aproveitando viagem à Barra do Corda, foram incumbidos de visitar aldeias daquela zona sertaneja, distribuindo brindes, por conta e iniciativa da Cruzada. Ambos têm sido muito festejados pelos índios, Dr. Palhano prometeu atender reclamações dos índios sentido serem demarcadas suas terras, remetendo oportunamente plantas, etc., a esta inspeção que ultimará processo legitimação posse. (*A Pacotilha*, 21 /12/1914)

Tal fragmento aponta para a complexidade de interesses que determinavam as políticas agrícola e agrária na região, tendo o poder público que negociar com os grupos indígenas que pressionavam, por meio, inclusive, do enfrentamento físico, pela regularização de suas posses. Contudo, pela lei federal que equiparava o índio ao menor, tal propriedade em nada lhes daria proveito, posto serem, todos eles, tutelados por juízes de órfãos²². Vale lembrar que Dr. Palhano de Jesus era engenheiro da Inspeção Agrícola do Maranhão e trabalhava na demarcação de terras devolutas e particulares, empreendimento de grande importância na dinâmica do governo de Luís Domingues, conforme analisado anteriormente.

Observa-se, portanto, nesse estado, uma ampla rede de relações estabelecida por meio de organizações da sociedade civil as quais, muitas vezes, expunham o envolvimento de seus intelectuais orgânicos num debate quanto à definição da política a ser adotada para com as populações indígenas, os trabalhadores nacionais e o papel do Estado. Os diferentes discursos produzidos por tais intelectuais orgânicos regionais apontavam para a ideia de que, dentro da lógica de desenvolvimento então vigente, as populações indígenas e os trabalhadores rurais, ainda dotados de algum grau de mobilidade, representavam um entrave ao expansionismo econômico, além de uma ameaça constante à propriedade, tendo em vista o estabelecimento de relações conflituosas. A efetivação de postos indígenas e de um centro agrícola garantia-lhes, não só o controle da mão de obra rural, mas também, ao imputar a essas populações um novo sistema de símbolos e, conseqüentemente, novas formas de sociabilidade e novas lógicas de distinção, criava as bases para uma nova estrutura social ao mesmo tempo em que se asseguravam os alicerces para sua reprodução.

Conclusão

A partir da análise da conjuntura política e econômica do Maranhão, constata-se que a região passava por um processo de desarticulação do modelo de *plantation* para exportação e da rearticulação das classes dominantes agrárias em torno do mercado interno, do capital mercantil, bancário e industrial. Este processo teve reflexo na organização da sociedade civil local que agregou às suas demandas o discurso de falência da economia Maranhense e imprimiu, como proposta de solução deste quadro, a necessidade de investimentos direcionados para os interesses de determinadas frações de classe agrárias, como, por exemplo, a gerência da mão de obra e o investimento no setor de transporte fluvial e férreo, o que, por conseguinte, representaria também a valorização das terras.

Observa-se que o SPILT, cuja efetivação no plano do discurso e da prática comprometia-se com a construção do “caráter nacional” do trabalhador rural, ao buscar afirmar-se no âmbito local por meio de sua Inspeção no Maranhão, ficava à mercê da conjuntura

²²O Código Civil de 1916 define o sistema de tutela e declara a população indígena como “relativamente incapaz” sendo igualada legalmente aos maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos. Define ainda que a medida em que os indígenas se adaptassem à sociedade nacional poderiam adquirir plenos direitos.

regional e, uma vez que seu discurso se adequava às demandas das frações da classe dominante locais, contou com prestigiosa recepção no âmbito político maranhense. Nesse sentido, na medida em que o avanço de seus trabalhos e a efetiva implantação do órgão na região dependia de sua boa relação com os grupos de interesse locais – estando sujeito a barganhas pelas terras que deveriam ser doadas pelo estado e subordinada à articulação dos políticos com a órbita federal para apoiar o andamento da instalação dos Centros Agrícolas -, nota-se que o órgão era percebido por esses atores políticos como instância intermediária que lhes poderia facultar acesso à administração federal. Logo, a formação de consenso em torno da implementação da política do SPILTIN na região passaria a ser também tarefa das frações locais da classe dominante local e, para isso, utilizava-se de um vasto escopo de estratégias, como a publicação de artigos e telegramas oficiais junto a jornais, sessões de cinema, entre outros.

Desta forma, verificou-se que a atuação do órgão indigenista na região também decorria da articulação de interesses entre as frações de classe agrárias dominantes locais por meio, principalmente de seus aparelhos privados de hegemonia, seja no âmbito local, seja no âmbito nacional. Sobressaiu-se, portanto, as relações entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Associação Comercial do Maranhão que, fundamentadas na ideologia da “vocação agrícola”, empenhavam-se de maneira a pressionar o aparelho estatal com o objetivo de se tornarem hegemônicas, de modo que o Ministério da Agricultura Indústria e Comercio tornou-se seu principal *locus* de ação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís: IPES, 1983.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3a ed. São Paulo, Hucitec, 1990.

FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. *A utopia e a formação urbana de Penedo: a criação, em 1929, e o desenvolvimento de uma colônia utópica finlandesa no estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em urbanismo*. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2007.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações Maranhenses: 1822-1929*. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FERREIRA, Luís Alberto. *Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889)*. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). *História do Maranhão: Novos Estudos*. São Luís: Edufma, 2004.

FONTES, Virgínia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. IN: NEVES, Lucia M. W. & LIMA, Júlio C. F. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio, Fiocruz, 2006, pp. 201-240.

GOMES, Mércio Pereira. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. v.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Caderno 13.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1995

_____. *Aos fetichistas, ordem e progresso: Um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

LOBO, Antônio. *A política Maranhense*. São Luís: Tipografia J. Pires, 1916 (publicação póstuma)

MEIRELES, Mario M. *História do Maranhão*. D.A.S.P., 1960.

MENDONÇA, Sônia R. de. *O Ruralismo brasileiro: 1888 – 1931*. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. *Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um Projeto contra-hegemônico na Primeira República*. In: MENDONÇA, SONIA; MOTTA, MÁRCIA. (Org.). *Nação e Poder: As Dimensões da História*. Niterói: EDUFF, 1998, v. 1, p. 93-154.

PAXECO, Fran. *Os interesses maranhenses*. In: *A Revista do Norte*. São Luís, 1904, XXVIII
_____. *O trabalho Maranhense*. Imprensa Oficial, 1916

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, Flavio Antônio Moura. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1890-1930)*, Unicamp, 1992.